

“SÓCRATES FALHOU NAS FINANÇAS PÚBLICAS E ANTÓNIO COSTA FALHOU NOS SERVIÇOS PÚBLICOS”



A Sala do Infante do edifício da Alfândega do Porto encheu por completo no final de tarde de sexta-feira, 6 de setembro, para ouvir o Presidente do PSD apresentar o programa eleitoral. Rui Rio criticou a degradação “brutal” dos serviços públicos durante os governos socialistas



pág. 4

PRESIDENTE

“ENFRENTAR OS INTERESSES INSTALADOS”

Na Festa do Pontal, dia 31, na vila de Monchique, Rui Rio acusou o PS de se servir do Estado para realizar interesses pessoais



pág. 10

PSD

JOAQUIM SARMENTO É O MANDATÁRIO NACIONAL PARA AS ELEIÇÕES LEGISLATIVAS

O professor no ISEG e porta-voz do CEN para as Finanças Públicas é o mandatário nacional para as eleições de 06 de outubro



pág. 13

REGIONAIS

PAULO MONIZ DEFENDE REFORÇO DE VERBAS PARA O CENTRO DE INVESTIGAÇÃO “OKEANOS”

O cabeça de lista do PSD/Açores às eleições legislativas defende mais apoios “para a investigação geológica dos fundos marinhos” do arquipélago



JOSÉ CANCELA MOURA
Diretor do "Povo Livre"

COERÊNCIA

Rui Rio apresentou o programa eleitoral do PSD.

O documento traça um rumo para Portugal – um propósito, uma estratégia e um compromisso. O alcance é de uma legislatura, mas as bases fundamentais estendem-se para além desse horizonte, com o objetivo de conciliar o desenvolvimento económico, o primado da pessoa e a sustentabilidade ambiental, para as próximas gerações.

Como sublinhou o presidente do CEN, David Justino, o programa eleitoral “não promete tudo a todos”, mas tem soluções que partem e se sustentam num quadro macroeconómico sólido e independente, segundo contas feitas, pelo Conselho das Finanças Públicas.

Por exemplo, o PSD não se fica pela mera intenção de baixar os impostos para as empresas e famílias. O programa defende uma redução concreta de 3,7 mil milhões de euros, ou seja, 25% da margem da referida estimativa orçamental, sendo metade para as empresas e metade para as famílias. Recorde-se que a carga fiscal atingiu o valor máximo histórico de 34,7% do PIB, em 2017.

No domínio do investimento, o PSD tem criticado os níveis historicamente baixos de investimento público, a que não é alheio a degradação dos principais serviços públicos, na saúde, na educação e na segurança. Por isso, também quantifica o reforço do investimento público, na ordem dos 3,6 mil milhões de euros. Essa é a nossa meta.

Portugal não pode desenvolver-se com base num modelo de crescimento assente em salários baixos. Nesse sentido, o PSD reconhece que o valor do salário mínimo nacional é baixo e é favorável a que, em sede de concertação social, os parceiros sociais promovam o aumento gradual do valor do Salário Mínimo Nacional (SMN). Também a elevar o salário médio. O objetivo do PSD é claro. O SMN deverá na próxima legislatura ter uma subida significativa, não inferior à dos últimos 5 anos, com aumentos graduais “de modo a que não seja inferior a 700 euros em 2023”. O PS opta, uma vez mais, por não definir qualquer objetivo, nem sequer indiciar valores.

Mas pior que as promessas vagas e ambíguas é o plágio despudorado dos socialistas a algumas soluções desenhadas pelo PSD. Há escassos dias, o Primeiro-Ministro referiu-se à criação de um programa Erasmus para o interior. Acontece que em outubro de 2018, Rui Rio deu a conhecer o documento “Acesso ao Ensino Superior”, elaborado pelo CEN, que incluía o lançamento do programa Erasmus +Interior, com o objetivo de fomentar a mobilidade de estudantes do litoral para as regiões do interior. Esta ideia do PSD foi confirmada e corroborada, já em janeiro de 2019, pelo documento “Ensino superior – Uma estratégia para a década”. Está tudo “online”. Para comprovar, basta consultar.

Mais grave ainda é o facto do PS está agora a apropriar-se da autoria de uma proposta que o PSD já tinha levado à Assembleia da República, em março passado, e tinha sido chumbada pelo PS, BE, PCP e PEV, com a abstenção do PAN, no âmbito do pacote legislativo, com o objetivo reforçar os incentivos à frequência do ensino superior no interior do País.

Em contraste com o PS, outra característica do programa do PSD, quiçá a maior importante, é a coerência. O PSD reafirma o estado de emergência climática que o mundo atravessa e é consequente. Assume o compromisso de reduzir a nossa dependência energética, através do aumento da produção de energias renováveis, antecipar a data prevista para atingirmos a neutralidade carbónica, aumentar da capacidade das reservas estratégicas de água e conservar a qualidade dos solos para uma adequada utilização produtiva, quer agrícola quer pecuária.

Diz-nos o PS, na pág. 41, do seu programa: “O PS é o partido da história da democracia que mais tem feito pelo ambiente e por uma política verde. (...) Continuaremos na vanguarda desta transição para um modo de vida mais saudável e mais sustentável”. Mas não foi o atual Governo que primeiro anunciou a construção de um novo aeroporto no Montijo, sem sequer ter realizado previamente um estudo de impacte ambiental?

O PSD quer construir um futuro de esperança para os nossos filhos e netos e um presente com confiança para todos. O programa eleitoral contou com mais de um milhão de contributos, de muitos militantes, simpatizantes, independentes e reputados especialistas, que foram depois estudados, desenhados e agregados em propostas do Conselho Estratégico Nacional, ao longo dos últimos meses, que merecem o nosso inestimável agradecimento.

Rui Rio na apresentação do programa eleitoral

“SÓCRATES FALHA E ANTÓNIO COSTA DEGRADA OS SERVIÇOS PÚBLICOS”

A Sala do Infante do edifício da Alfândega do Porto encheu por completo no final de tarde de sexta-feira, 6 de setembro, para ouvir o Presidente do PSD apresentar o programa eleitoral. Rui Rio contrapôs a visão que tem para Portugal ao rasto de incapacidade das governações socialistas. O líder do PSD criticou a degradação “brutal” dos serviços públicos durante os governos de António Costa e José Sócrates. “Nós assistimos a uma degradação brutal dos serviços públicos em Portugal. Eu diria que o Partido Socialista nas duas últimas governações falhou francamente. Sócrates falhou nas finanças públicas e António Costa falhou nos serviços públicos. Isto é notório”, salientou Rui Rio.

Rui Rio considera que “nunca houve uma degradação tão acentuada dos serviços públicos”, ainda que os serviços públicos estejam melhor que “há 40, 50 ou há 100 anos”. “Entre 2015 e 2019, nestes quatro anos, houve uma degradação como antes nunca tinha havido, em quatro anos”, apontou. Esta degradação reflete-se, particularmente, nas listas de espera, na falta de médicos de família, de investimento e de manutenção. “Aqueles que mais defendem o Serviço Nacional de Saúde e que dizem que são os pais do Serviço Nacional de Saúde, que o criaram e que cumprem a Constituição, não cumprem a Constituição. Esse é que é o problema”, notou.

Rui Rio assinala que a Constituição diz que a saúde tem de ser de acesso a todos e tendencialmente gratuita, de acesso universal, mas não concretizado na prática. “É por isso que há em Portugal 2,7 milhões de apólices de seguro (...), justamente porque não há acesso, porque senão as pessoas não precisavam de ter seguro de saúde para nada”, disse, sublinhando que o primeiro objetivo do PSD para a área da saúde é “cumprir a Constituição da República Portuguesa”. O líder do PSD defende um novo modelo de gestão dos hospitais com objetivos marcados e mais autonomia e responsabilidade para os conselhos de administração dos hospitais.

Além da saúde, Rui Rio abordou três áreas em que o programa eleitoral dá especial ênfase: a economia, porque “sem riqueza, tudo se torna impossível”, procurando instituir melhores empregos e melhores salários, e reduzir a carga fiscal; o ambiente, “que é cada vez mais relevante à escala global”; e as reformas estruturais (na justiça e no sistema político).

O Presidente do PSD agradeceu a todos os militantes, simpatizantes e independentes que contribuíram para a feitura do programa eleitoral do PSD, em especial a Joaquim Sarmento, que é o mandatário nacional das eleições, e a David Justino, o presidente do Conselho Estratégico Nacional.

Joaquim Sarmento expôs o quadro macroeconómico para 2019-2023. “O paradigma para os próximos quatro anos tem de ser o de Portugal crescer por via das exportações, de uma economia mais competitiva”, declarou o também porta-voz do CEN para as Finanças Públicas.

David Justino destacou que o programa eleitoral “não promete tudo a todos”, mas é “um programa que nos permite acordar deste sono que vivemos, em que de vez em quando é interrompido sobressaltadamente por algumas insónias de desassossego socialista”.



FOU NAS FINANÇAS PÚBLICAS STA FALHOU NOS SERVIÇOS





Rui Rio na Festa do Pontal

“ENFRENTAR OS INTERESSES INSTALADOS”

Na tradicional Festa do Pontal, dia 31, na vila de Monchique, Rui Rio acusou o PS de se servir do Estado para realizar interesses pessoais. O Presidente do PSD explicou por que é que “o PS não merece ganhar as eleições” no próximo dia 06 de outubro.

O líder social-democrata começou por referir a polémica das ligações familiares no aparelho partidário e governativo para acusar o PS de se “aproveitar do Estado” quando está no poder. Essa é a primeira razão que justifica a reprovação da atuação do Governo. A segunda razão, explicou Rui Rio, é que o PS “não soube ou não quis” aproveitar a conjuntura económica favorável. Pelo contrário, o Governo bateu o “recorde nacional dos impostos” e conduziu o País ao patamar de “serviços públicos mínimos”. Rui Rio deu como exemplo o aumento das listas de espera para cirurgias, as múltiplas falhas do INEM, a crescente falta de médicos e as novas medidas de incentivo à utilização dos serviços públicos feitas “em cima do joelho”, já que os prestadores de serviços “já vieram dizer que ainda não receberam as compensações indemnizatórias”. “Ouvi o Primeiro-Ministro dizer que baixou o IRS, é verdade, mas subiu outros impostos indi-





retos, pagamos mais impostos indiretos que são cegos ao rendimento de cada um", disse.

Numa intervenção de cerca de 30 minutos, Rui Rio recordou que o programa do PSD das eleições legislativas assenta num modelo de sistema económico que irá trazer "melhores empregos e melhores salários, com melhor produção e maiores exportações".

O Presidente do PSD lembra que a descentralização também faz parte do programa, afirmando que há um sentimento que "já roça a estupidez" no que toda à centralização. "Vamos comprar uma guerra pela descentra-

lização e enfrentar os interesses instalados em nome do futuro do País", declarou.

Tornar a justiça mais eficaz é outro dos objetivos de um governo liderado pelo PSD, debelando os problemas da corrupção que "não se resolvem com notícias nos jornais". "Os julgamentos fazem-se nos tribunais e não nos jornais", concretizou o Presidente do PSD.

Em matéria ambiental, Rui Rio defende uma viragem nas políticas públicas, para se criar um "planeta que as pessoas merecem", com uma menor produção de dióxido de carbono e uma melhor florestação do País que permita a neutralidade carbónica.

Rui Rio terminou a intervenção com umas quadras ao jeito do poeta popular algarvio António Aleixo, para apontar algumas fragilidades da governação socialista: "O PS governa mal/Só o presente lhe interessa./ O futuro de Portugal/ É coisa que não tem pressa. O circo monta e desmonta/Dramatiza e sobressalta/Tem sempre a novela pronta/Espetáculo nunca falta. Não são dadas a rigores/ As políticas socialistas./ Foi assim com os professores/ É agora com os motoristas. Mas o teatro montado/Que o povo irá julgar/Por certo será derrotado/ E o PSD vai ganhar".

Na Festa do Pontal, foram ainda apresentados os cabeças de lista do PSD às eleições legislativas.

Rui Rio na Universidade de Verão

GOVERNO É “MESTRE DA PROPAGANDA”

No encerramento da 17.ª Universidade de Verão, dia 1 de setembro, em Castelo de Vide, Rui Rio apelou aos eleitores para que não se deixem condicionar pela “encenação” do PS, como aconteceu na greve dos motoristas ou com o episódio do descongelamento da carreira dos professores. O Presidente do PSD critica o discurso propagandista de António Costa em relação aos seus parceiros de esquerda, quando no “calor do Verão” procurou demarcar-se destas forças políticas, depois de ter estado de “braço dado durante uma legislatura”. “Temos um Governo que é acima de tudo mestre de propaganda (...) Um mestre na dramatização de uma forma como nunca tinha visto, na capacidade de montar um circo político mediático quando está em causa não o interesse nacional, mas o interesse do PS”, acusou.

Numa intervenção de cerca de 45 minutos, Rui Rio precisou que as recentes críticas do secretário-geral socialista aos parceiros de esquerda revela “um discurso oportunista”. “Eu condeno esta forma de estar na política. Não andamos em busca de gratidão, mas também não é bonito ingratidão em relação aos parceiros e, sobretudo, procurar confundir o eleitorado nos últimos 30 dias antes das eleições com um discurso completamente diferente dos últimos quatro anos”, criticou.

Rui Rio assegura que, se o PSD for Governo, “não haverá circo, nem espetáculo, nem mediatização, mesmo que possa dar jeito para a eleição seguinte”.

No domínio das propostas políticas, o líder do PSD diz que Portugal deve assumir o desafio de, no espaço de uma década, inverter o atual movimento populacional do interior para o litoral. “Hoje o movimento é do interior para o litoral, vamos ver se temos políticas em Portugal para que, no espaço de dez anos, o movimento comece a ser do litoral para o interior, porque o interior tem melhor de qualidade de vida, mas atualmente não tem esperança e ambição”, destacou Rui Rio, que voltou a destacar a reforma do sistema político e a instituição de um modelo de crescimento económico sustentado como medidas para modernizar o País.

Rui Rio considera que há vantagens num modelo misto no sistema político, que conjugue os círculos uninominais com um círculo nacional de compensação.

Na economia, o Presidente social-democrata insistiu que o nosso crescimento tem de assentar nas exportações e no investimento público. “Da margem orçamental que o crescimento económico permitir, vamos dedicar 24% a reduzir impostos, 23% a aumentar o investimento público, 45% a aumentar a despesa corrente e 7% para a redução do défice, que se vai tornar um ligeiro superavit”, explicou, detalhando que nos impostos 51% da redução incidirá nas empresas e 49% nas famílias.

Perante uma plateia de jovens, Rui Rio lembrou que a “coragem implica em política desapego ao poder”, elogiou a aposta na formação política e reafirmou que o PSD é o único partido que oferece esperança às pessoas. “O fundamental é que possamos transmitir esperança. É essa esperança que depois desperta a ambição comedido, que é útil e boa, que é o motor que faz desenvolver o País”, sublinhou.



RUI RIO ASSUME DEFESA DA DESCENTRALIZAÇÃO NA GESTÃO DO PATRIMÓNIO



“O património é uma riqueza do país que deve ser preservada e que representa um forte potencial” para Portugal, afirmou Rui Rio, no dia 28 de agosto, numa jornada dedicada ao património, com visitas ao centro histórico de Guimarães e ao Bom Jesus do Monte em Braga.

“Portugal tem 17 espaços classificados pela UNESCO como Património da Humanidade, de que são bom exemplo o centro histórico de Guimarães e o santuário do Bom Jesus em Braga. Este é um património brutal. São verdadeiras joias de Portugal e da nossa história”, afirmou o Presidente do PSD.

A par da gestão do património, Rui Rio realçou a importância de se avançar no processo de descentralização: “no quadro da descentralização de competências que defendemos para o país, devemos seguir o princípio da proximidade, desde que possível. A minha própria experiência como autarca diz-me que as câmaras têm muito melhores condições para cuidarem do património”.

Em contraponto ao tem feito e defendido o atual governo do PS, Rui Rio acrescentou que “o património será muito melhor preservado com o envolvimento municipal”, exemplificando que “os próprios diretores de museus ou edifícios históricos têm mais facilidade em falarem com um presidente da Câmara ou com um vereador do que com o Ministério da Cultura”.

“O meu princípio é o de que sejam as autarquias a gerir várias áreas, como são os casos da ação social, do património e da mobilidade, entre outras”, disse.

Em Guimarães, Rui Rio visitou os museus da Sociedade Martins Sarmento e Alberto Sampaio, deslocando-se depois ao Bom Jesus do Monte em Braga, onde foi recebido pelos responsáveis da Confraria e pelo presidente da Câmara, Ricardo Rio.

Durante esta visita, Rui Rio assumiu confiança plena na decisão dos portugueses escolherem as propostas e os candidatos do Partido Social Democrata para as próximas

eleições legislativas, enfatizando a expectativa numa vitória no distrito de Braga.

“Para defender a qualidade de vida a todos os cidadãos, com reformas estruturais que sejam capazes de garantir serviços públicos dignos e desenvolvimento sustentado, a única alternativa de governo que se coloca aos portugueses é a do PSD”, afirmou.

Questionado pelos jornalistas sobre uma eventual coligação pós-eleitoral com o CDS/PP, Rio lembrou que “é assim há muitos anos: o parceiro natural do PSD é o CDS”. E lembrou: “eu próprio estive 12 anos a liderar a Câmara do Porto em coligação com os centristas, tal como fez o anterior Governo de Passos Coelho”.

O Presidente do PSD frisou que “uma coligação ao centro nunca será uma geringonça, porque isso pressupõe fazer uma coisa mal amanhada, que vai ver se consegue funcionar mais ou menos, como o próprio nome indica”.

PSD CRITICA PROPOSTA SOCIALISTA DE ALTERAÇÃO DO SUBSÍDIO DE MOBILIDADE AÉREA

O Presidente do PSD lamenta que o Primeiro-Ministro queira pôr em causa o princípio da “continuidade territorial da nação” ao discriminar os açorianos e os madeirenses que não têm recursos económicos daqueles que têm meios para se deslocarem ao continente. Recorde-se que, em entrevista ao “Diário de Notícias da Madeira”, António Costa qualifica o subsídio social de mobilidade de “absurdo e ruinoso”.

Rui Rio diz que é preciso encontrar um ponto de equilíbrio nesta questão. “Entendo que há um dever nacional de respeitar a continuidade territorial da nação. Desse ponto de vista, é justo, é correto que o Governo nacional participe na redução do custo das passagens para os açorianos e para os madeirenses. E, aí, lamento que o Primeiro-Ministro venha colocar em causa este princípio. Este nunca esteve em causa. Aquilo que está em causa é haver pessoas que não têm dinheiro para 500, 600, 700 euros, para avançarem com esse dinheiro, porque só recebem o reembolso mais tarde. Nem sequer estamos a falar do problema de custo, o custo está assumido. Estamos a falar de um problema de tesouraria. (...) Aquilo que é da responsabilidade dos governos nacionais e dos governos regionais encontrarem um equilíbrio não para pôr em causa um princípio que não se pode pôr em causa, mas para encontrarem um equilíbrio para que as pessoas que não têm dinheiro tenham o mesmo direito que as pessoas que têm dinheiro. (...) Esta é uma matéria do Estado”, disse.

Rui Rio, que efetuou uma visita de dois dias aos Açores no fim de semana, conclui que a governação regional “não tem qualidade”. “Há empresários que precisam de trabalhadores, e uma percentagem elevadíssima de pessoas com o rendimento mínimo e que depois não querem trabalhar. Acho que a culpa nem é dessas pessoas, é da falta de fiscalização (...) e essa fiscalização é responsabilidade do governo regional”, explicou.

Acompanhado Alexandre Gaudêncio, presidente do PSD/Açores, do vice-presidente do PSD, José Manuel Bolieiro, e dos secretários-gerais do PSD e do PSD/Açores, José Silvano e Sabrina Furtado, respetivamente, Rui Rio esteve na tarde de sábado no porto de Rabo de Peixe, na Ribeira Grande, onde falou com pescadores e contactou com a realidade da atividade piscatória. Ao final da tarde, o Presidente do PSD esteve com o Reitor da Universidade dos Açores, João Luís Gaspar, e à noite, participou num encontro com militantes na sede do PSD/Açores em Ponta Delgada. No domingo, Rui Rio reuniu com o presidente da Federação Agrícola dos Açores, Jorge Rita, e almoçou com a Associação Agrícola na Ribeira Grande.



Rui Rio em entrevista à TVI

“ESTOU AQUI PARA PRESTAR UM SERVIÇO AO PAÍS”



Rui Rio respondeu às questões dos portugueses em entrevista à TVI e TVI 24, dia 3 de setembro. O Presidente do PSD começou por falar sobre investimento público, crescimento económico e impostos. Rui Rio diz que o quadro macroeconómico apresentado pelo PSD é prudente e uma das prioridades será reduzir impostos para cidadãos e empresas bem como reforçar o investimento público. “Nós vamos ter uma folga na ordem dos 15 mil milhões de euros. Havendo crescimento económico, há folga. Dessa margem 25% é para reduzir impostos, 25% é para aumentar o investimento público e 50% é para a despesa corrente”, afirmou.

O Presidente social-democrata lembra que é preciso assegurar o equilíbrio das contas públicas. “Comigo não contam para o desequilíbrio das contas públicas”, assegurou.

Rui Rio insiste que Portugal, como aliás qualquer país, “deve ter preferencialmente um ligeiro superavit nas contas públicas, sempre que o crescimento económico é razoável, para poder ter um défice quando o crescimento económico cai ou é mesmo negativo”. Esta é uma regra económico-financeira essencial, que Rui Rio compara à fábula da cigarra e da formiga, no sentido em que Portugal deve “precar-se” em tempos de crescimento para situações de crise e de dificuldades.

Rui Rio desmistificou a ideia de que a dívida pública diminuiu. “Baixou nada. A dívida pública subiu. O Estado português deve mais dinheiro do que devia em 2015. Este Governo baixou a relação entre a dívida e o produto”, apontou, sublinhando que a dívida ronda os 130% do PIB.

Rui Rio criticou o Governo por ter “distribuído o que tinha”, mas “subiu tudo”, não ficando qualquer almofada “para preparar o futuro”.

O Presidente do PSD defende empresas mais robustas, a “economia real”, pois são elas que “vão possibilitar que Portugal possa ter melhores empregos e melhores salários”.

Rui Rio entende que é “fundamental” realizar reformas estruturais, que incluam os principais partidos. “O País precisa de pessoas com capacidade de dialogar, senão vamos andar sempre a guerrear-nos uns aos outros”, disse.

Em resposta a representantes da sociedade civil, Rui Rio enumerou algumas medidas do programa eleitoral do PSD para travar a degradação do Serviço Nacional de Saúde, nomeadamente o alargamento do programa de listas de espera para cirurgias às consultas e exames e uma melhor gestão. “O Serviço Nacional de Saúde sofreu uma degradação notória.(...) O PS deixou muito pior. Aquilo que é preciso fazer é difícil, mas é preciso cumprir a Constituição da República Portuguesa, o acesso para todos [os cidadãos] tendencialmente gratuito”, referiu.

Questionado sobre o estatuto da carreira docente, o líder do PSD criticou o teatro do Governo e especificou que o objetivo é procurar “uma negociação global” das carreiras que “dignifique” a profissão de professor, criticando que um juiz estagiário possa ganhar mais que um docente do ensino secundário no topo da carreira.

Para aproximar eleitos e eleitores, Rui Rio recorda que a Constituição consagra a possibilidade de o número e deputados poder variar (entre um mínimo de 180 e um máximo de 230 representantes). “É mais genuíno a redução ser feita com a participação do eleitorado do que eu, administrativamente, dizer quantos são”, afirmou.

Em resposta a uma questão sobre a feira do livro do Porto, edição de 2013, Rui Rio argumentou que “acabou com o negócio que havia no quadro da feira do livro” na cidade e destacou o grau de satisfação dos munícipes com a política cultural, “e não com a política de animação”. “Sejam corridas de automóveis, sejam exposições de livros, seja o que for em que eu esteja à frente da causa pública como estive 12 anos no Porto, coisas de que discordo ou negócios que entenda serem muito desequilibrados para o erário público, eu acabo”, afirmou.

A redução das custas judiciais em função dos rendimentos, a descida do IRC de 21 para 17%, a eliminação do adicional do IMI (o “imposto Mortágua”), a redução no IVA do gás e da eletricidade para as famílias, o aumento nas deduções na educação e alguns ajustamentos nos escalões do IRS para a classe média foram pontos abordados por Rui Rio, que fez questão de assegurar que é crítico respeitar a “classe média, que é quem tem levado mais pancada”.

Rui Rio defende um “compromisso alargado” da Segurança Social. “Nós temos de fazer uma reforma da Segurança Social e convém que seja um compromisso alargado. (...) As pessoas que hoje têm 30, 40 anos não estão seguras.

Nós temos a obrigação, perante as gerações mais novas, de fazer uma reforma que garanta a sustentabilidade da Segurança Social, a competitividade da economia e que não haja pensionistas pobres no futuro, com aquilo que corresponde hoje a 300, 400 ou 500 euros”, concretizou.

No final, o Presidente do PSD reiterou que quer ganhar as eleições legislativas e o seu foco é melhorar a vida dos portugueses: “Estou aqui para prestar um serviço ao País”.

76% do painel dos telespectadores que interagiram com o programa consideraram que Rui Rio esteve bem na entrevista.

“ESTEJA NA OPOSIÇÃO OU ESTEJA NO GOVERNO O MEU DEVER É PARA COM O PAÍS”

No frente a frente com a líder do CDS/PP, dia 5, Rui Rio explicou por que é que o PSD prefere concorrer em listas próprias às eleições legislativas. “A situação normal é os partidos irem separados. Ganhámos qualquer coisinha [em coligação] no método de Hondt, ganhávamos dois ou três deputados. Assim marcamos a nossa identidade, não há problema nenhum”, afirmou Rui Rio.

O Presidente do PSD admite, todavia, que os dois partidos possam entender-se, mas só após as eleições de 06 de outubro. “Se juntos tivermos maioria, nós obviamente tomamos a decisão de ter a solução [de acordo] que sempre tivemos ao longo da história”, especificou.

Rui Rio destaca que cada partido tem as suas posições autónomas, e o PSD disputa eleitorado com o PS.

O líder do PSD assinala que os “portugueses valorizam” posturas construtivas, porque os eleitores não querem partidos que estejam “permanentemente” em divergência e em espírito de bota-abaixo. “Um dos males do País é que vem um governo e anula o que o outro fez e vem outro e anula o que o outro fez”, observou.

Rui Rio insiste que os partidos devem, em nome do interesse nacional, procurar entendimentos em matérias “estruturais”. “Esteja na oposição ou esteja no governo o meu dever é para com o País, eu tenho procurar de ser útil ao País”, salientou.

No debate de cerca de 36 minutos, Rui Rio assinalou alguns pontos principais que defende para Portugal: estabilidade nas políticas, serviços públicos eficazes, melhores empregos e melhores salários, economia robusta e exportadora e redução de impostos.

No frente a frente na SIC, Rui Rio mostrou clareza nas propostas, segurança nos argumentos e determinação em mudar o rumo do País.

PAN TEM UMA VISÃO “FUNDAMENTALISTA”

No debate televisivo com o porta-voz do PAN, dia 9, Rui Rio acusou este partido de ser “fundamentalista” e de “nichos”, que prefere criar um serviço público veterinário, em vez de melhorar o sistema de saúde para as pessoas. “Nós obviamente defendemos os animais. O que nós não somos é fundamentalistas, isso é que não, isto aqui é uma distinção muito grande entre o PAN e o PSD, diria mesmo gigantesca. Somos mais equilibrados”, apontou.

Rui Rio insiste que o PAN “tem uma visão fundamentalista destas questões”, e diz que é preciso “ter bom senso”. “Claro que discordo [de um Serviço Nacional de Saúde para animais]. Não é que eu seja cruel para os animais. Vou gastar dinheiro no Serviço Nacional de Saúde, entre aspas, dos animais, quando tenho o Serviço Nacional de Saúde português, para as pessoas, a funcionar como está a funcionar? Não acho equilibrado”, sintetizou Rui Rio.

O Presidente do PSD criticou a falta de consistência do PAN, “um partido muito aguerrido numa área, que é a área da defesa dos direitos dos animais, menos aguerrido, mas ainda assim vocacionado para a área do ambiente, mas depois naturalmente é um partido pequeno, ainda está a nascer, falta-lhe depois o resto da componente para lá disto”.

Rui Rio destaca que as questões climáticas são uma preocupação do programa eleitoral, aliás na senda da ação pioneira do PSD no ambiente. “O PAN ainda não era nascido, já o PSD andava nisto há muito tempo”, ressaltou.

Quanto à localização do novo aeroporto de Lisboa, anunciado pelo Governo para o Montijo, Rui Rio especifica que, no caso de o estudo de impacte ambiental e a discussão pública associada mostrarem que “o impacto é exagerado e não há medidas para o atenuar o suficiente ou que saem caríssimas”, criando “problemas inultrapassáveis”, a posição do PSD é que “poderá ser avisada a reapreciação de Alcochete”.

LEGISLATIVAS 2019 – OPINIÃO

PORTUGAL

O que me levou a aceitar este desafio foi Portugal.

A nossa ambição. A nossa capacidade. Os nossos sonhos. A nossa exigência de um melhor nível de vida. A nossa obrigação de deixar um País melhor do que aquele que recebemos.

Portugal vive um momento de alavanca. Ultrapassadas as dificuldades advindas da intervenção da troika e constatada a incapacidade do atual Governo em implementar reformas, está na hora de Portugal ter um Primeiro-Ministro capaz de nos devolver a esperança, de preparar o futuro que merecemos, de programar o Portugal de que precisamos.

Está na hora de Rui Rio!

Está na hora de Portugal ter um projeto governativo que possa ser capaz de lançar as reformas estruturais de que o nosso país, a nossa autossuficiência económica e a nossa qualidade de vida necessitam.

Portugal é um projeto adiado. Um país que tem todas as condições de que precisa, desde as naturais ao posicionamento geoestratégico, para poder ser tomado em mãos com um projeto que nos dê o futuro que nós portugueses, há muito merecemos.

Está também na hora da afirmação do distrito de Braga como o “new comer” no nosso País.

Uma região que alberga cerca de 1 milhão de habitantes. Uma região que alberga as duas maiores cidades do Norte de Portugal a seguir à Área Metropolitana do Porto. Uma região que, na esteira da tradição industrial que a caracterizou, representa hoje um motor da economia nacional em áreas da chamada economia 2.0, na inovação, no empreendedorismo, na investigação. Uma região que alberga uma das principais universidades portuguesas – a Universidade do Minho – classificada na elite das melhores universidades do Mundo com menos de 50 anos. Uma região que soube cerzir as suas idiossincrasias criando entre os seus principais e diferenciados polos urbanos, que representam 70% da região do distrito – Braga, Guimarães, Famalicão e Barcelos – uma plataforma de convivência institucional e planificação estratégica comum, designada de Quadrilátero Urbano, designação que assume simultaneamente a diferenciação e coesão necessário para afirmação da terceira área metropolitana nacional, não centrípeta, isto é, não inspirada na tradição das áreas metropolitanas portuguesas, mas marcadamente centrífuga, inspirada num modelo da Europa central, de que a região metropolitana do Ruhr (Alemanha) é, porventura, o melhor exemplo. Uma região que é também uma referência no turismo, com o Centro Histórico de Guimarães (desde 2011) e o Bom Jesus de Braga (2019), classificados pela UNESCO como Património Cultural da Humanidade. Uma região que contrariando a tendência nacional em matéria de natalidade vai acumulando classificações como sendo das regiões mais jovens da Europa.

Uma região de futuro.

Mas simultaneamente uma região de forte cultura e arraigadas populares, de essência pátria, de relevante ligação ao mar e à agricultura, museu vivo do ser português, originário e hodierno, laboratório do “new comer” papel que, sem qualquer imodéstia, queremos assumir e ostentar.



André Coelho Lima

Cabeça de lista do PSD pelo círculo de Braga

JOAQUIM SARMENTO É O MANDATÁRIO NACIONAL PARA AS ELEIÇÕES LEGISLATIVAS



Joaquim Sarmento é o mandatário nacional do PSD para as eleições legislativas. De acordo com Rui Rio, esta escolha insere-se na linha de renovação que tem vindo a ser feita no Partido. “Apesar de jovem tem já um curriculum académico e profissional invulgar. Não me engano se disser que o País tem muito a esperar dele”, afirmou o Presidente do PSD no Twitter.

Joaquim Sarmento é atualmente o porta-voz do CEN para as Finanças Públicas e foi coautor, com Álvaro Almeida, do quadro macroeconómico do PSD para 2019-2023.

O mandatário nacional do PSD é professor de Finanças no Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG), foi assessor económico do Presidente da República e Consultor da Unidade Técnica De Apoio Orçamental (UTAO) da Assembleia da República.

ANTÓNIO CAPUCHO REGRESSA AO PSD

António Capucho, militante histórico do PSD, vai regressar ao partido que ajudou a fundar em 1974, tendo a sua nova ficha de militante dado entrada na sede do PSD.

António Capucho iniciou a sua atividade política antes do 25 de Abril comopositor ao Estado Novo e tem, hoje, um vasto currículo.

Começou por ser secretário-geral adjunto com Sá Carneiro, foi, depois, deputado à Assembleia da República, eurodeputado, vice-Presidente do Parlamento Europeu, Secretário-geral do PSD, vice-Presidente da CPN e também líder da bancada parlamentar social-democrata.

Foi por diversas vezes membro do Governo: secretário de Estado Adjunto do Primeiro-Ministro, ministro da Qualidade de Vida e, mais tarde, ministro dos Assuntos Parlamentares.

Foi, ainda, Presidente da Câmara de Cascais e membro do Conselho de Estado.

António Capucho foi expulso do partido em 2014, depois de ter apoiado Marco Almeida à Câmara de Sintra; precisamente o mesmo candidato que o PSD viria a apoiar quatro anos mais tarde para a mesma autarquia, onde Marco Almeida tinha sido vice-Presidente de Fernando Seara.

Manteve-se afastado da ação política durante os últimos anos, mas sempre com espírito crítico, e manifestou a vontade de regressar ao PSD com a eleição de Rui Rio para a presidência do partido.

António Capucho faz parte da história do PPD/PSD ao qual regressa agora, para contribuir com a sua experiência política e pessoal na construção de um projeto para o futuro do País.



ÉVORA – PROPOSTAS COM SENTIDO

A lista candidata pelo PSD ao círculo de Évora, na continuidade do que tem sido defendido ao longo dos anos pelo nosso partido, entende fundamental preservar as bandeiras do distrito, até porque os progressos realizados no distrito de Évora entre 2011 e 2015, no domínio das políticas públicas de apoio à inovação, promoção económica, emprego e empreendedorismo privado, não tiveram continuidade na legislatura que agora finda.

Com efeito, e com exceção de algum desenvolvimento verificado no cluster aeronáutico, pela iniciativa privada, que ainda assim perdeu um importante investimento para o Litoral Alentejano, pouco ou nada foi feito pelo Governo.

Faltaram nestes últimos quatro anos ideias e projetos mobilizadores da sociedade e da comunidade empresarial do distrito de Évora que se pudessem traduzir em maior dinâmica económica e criação de emprego.

Por isso, e pelas bandeiras de sempre, propomos:

- Concretizar a construção do Hospital Central de Évora, incluindo nele uma escola de saúde, que constitua um centro diferenciado de investigação médica, que instale em Évora um curso de medicina.
- Investir na rede de cuidados de saúde primários e alargar a rede de cuidados continuados.
- Rever o sistema de financiamento das IPSS, garantido a necessária diferenciação às que trabalham em territórios de baixa densidade, apostando nos serviços de apoio à infância, à terceira idade e aos cidadãos em situações de maior fragilidade.
- Investir na Escola pública, requalificando a Escola André de Gouveia em Évora, a Escola Secundária de Viana do Alentejo, a Escola Básica e Secundária de Vendas Novas e o Pavilhão da Escola Básica Diogo Sequeira no Alandroal, garantindo a contratação dos funcionários em falta nas escolas do distrito.
- Concretizar a linha ferroviária Sines-Caia, que efetivamente sirva o distrito de Évora e cujo traçado respeite a população de Évora, prevendo-se paragens em plataforma logística em Vendas Novas, Évora e na zona dos mármore, e garantido a sua utilização na vertente de passageiros, como medida estruturante de mobilidade e de aposta e sustentabilidade do turismo alentejano.
- Aplicar o Programa PART na Linha Ferroviária do Alentejo, garantindo que seja aplicada a redução de custo já implementada no transporte público rodoviário, e assegurando que esse passe tenha também validade nos operadores de transporte de toda a Área Metropolitana de Lisboa.
- Concluir a construção do IP2 e apostar na manutenção das infraestruturas rodoviárias e na prevenção rodoviária, combatendo o flagelo da sinistralidade.
- Prever no programa nacional de investimentos 2030 um pacote financeiro que traduza um verdadeiro investimento estratégico e a diferenciação da região Alentejo, promovendo uma estratégia integrada de internacionalização dos ativos estratégicos da região, que inclua o relançamento e valorização do sector dos mármore.
- Garantir no Quadro Comunitário de Apoio 2021-2027 a continuidade de um Programa Operacional Regional, gerido a partir da região e com a ampla participação dos diversos atores regionais.
- Implementar a 2ª fase do Sistema Regional de Transferência de Tecnologia, interligando a investigação científica às empresas e ao investimento na região, concluindo a 2ª fase do PACT, o Agro-Cluster de Alqueva e o Centro de Excelência da Universidade de Évora relativo às Energias Renováveis e ao Regadio, apoiando os centros de investigação da Universidade de Évora.
- Estimular o desenvolvimento e implementação de “Smart Cities”, no âmbito da transformação digital em curso, colocando a região na vanguarda do processo das cidades inteligentes.
- Expandir a rede de geração de energia renovável na região, apostando na atração de investimentos ligados à economia verde, que assentem em modelos de economia circular.
- Expandir a rede de postos de carregamento de veículos elétricos, apostando na utilização de transportes amigos do ambiente.
- Implementar uma política de atração de investimento que promova a fixação e a atração de quadros superiores e de novos residentes, numa estratégia regional de valorização dos recursos humanos.



Sónia Ramos

Cabeça de lista do PSD pelo círculo de Évora

- Implementar uma política que permita o acesso à habitação a custos controlados, incluindo o acesso ao arrendamento estudantil universitário e o aumento dos alojamentos em residências universitárias.
- Apoio à dinâmica de modernização agrícola em curso, expandindo os perímetros de regadio nos concelhos de Évora, Redondo, Mourão, Montemor-o-Novo, Portel, Alandroal, Reguengos de Monsaraz e Viana do Alentejo, aumentando a competitividade, sustentabilidade e a internacionalização da atividade agrícola.
- Salvaguardar e defender o ecossistema do montado Alentejano, garantido a sua sustentabilidade e a sua defesa face às alterações climáticas.
- Aposta estruturada no turismo da região, com apoio efetivo à internacionalização da marca Alentejo e à qualificação dos produtos turísticos existentes, adotando um programa de intervenção visando a conservação e recuperação de ativos culturais que se encontram em avançado estado de degradação.
- Apoio à candidatura de “Évora a Capital Europeia da Cultura 2027”, num quadro de intervenção alargado, que vise a criação e consolidação de um ecossistema cultural e criativo na região.

Acompanhe-nos no dia-a-dia...

**Conferências de Imprensa,
Transmissões em direto,
Discursos e intervenções políticas**

**Entrevistas, Opinião, História,
Iniciativas**

**O dia-a-dia da atividade
do PSD**

**Noticiário semanal todas
as sextas-feiras**

NÃO É COM MEDIDAS PALIATIVAS QUE SE COMBATE O DESPOVOAMENTO DOS TERRITÓRIOS

Antes de ser candidato por Viana do Castelo, tive a experiência e a honra de ter servido nos últimos dez anos a população de Valença como Presidente da Câmara Municipal. Este cargo fez-me também ocupar funções na Comunidade Intermunicipal do Alto Minho. Uma década de experiências – e profundo conhecimento do território – que me permitem alertar para o facto de estarmos em risco de perder a batalha contra o despovoamento da região pois, por muito que tal seja prioridade para os autarcas, as medidas ao nível do Governo, para fazer face a tal, têm sido meramente paliativas.

Desde logo, acredito que temos de incentivar fortemente a economia local e isso poderá passar por benefícios fiscais – para lá daqueles que os municípios já promovem – que não sejam “beneficiozinhos”. É essencial captar o investimento privado para assim aumentar a criação de emprego e podermos ter a capacidade de fixar e ter a capacidade de atrair novos residentes. Não se vai lá com pequenos apoios ao regresso dos emigrantes que depois, na prática, em nada de concreto se traduz. Precisamos de fortes incentivos fiscais para assim beneficiar a economia local e alavancar o crescimento económico.

Mas também, por outro lado, não podemos dizer que queremos combater o despovoamento dos territórios e, simultaneamente, fazer uma sangria dos serviços de proximidade essenciais para a população. Os habitantes do Alto Minho não podem ter um hospital distrital em que dependem do dia e hora em que vão para saber se têm especialistas. Tal acontece com regularidade e o encaminhamento é obrigatório para Braga e para o Porto, sobrecarregando o serviço nestas unidades.

É de lamentar que nesta legislatura da “Gerigonça” nada tenha sido feito na área social, em especial, no apoio à terceira idade. Esta é uma das áreas deprimentes nos últimos quatro anos, período em que não foi feito nada em concreto por parte do governo nesta matéria, não só majorando os apoios às IPSS, mas, sobretudo, ao nível da criação de novas vagas em instituições para a terceira idade. O Governo anunciou a sua intenção de aumentar o número de camas, com o famoso programa Pares, mas na realidade, no distrito de Viana do Castelo, passaram quatro anos e nada aconteceu. Por outro lado, não podemos, por exemplo, não ter oferta suficiente de creches e berçários quando se pretende que a natalidade aumente no território, ou que as famílias e as empresas se instalem no distrito.



Jorge Mendes

Cabeça de lista do PSD pelo círculo de Viana do Castelo

Não podemos retirar dos territórios que se pretende repovoar os serviços públicos essenciais para a vida diária das pessoas.

O despovoamento dos territórios, que acabará por levar à desertificação só se pode combater com uma efetiva política de proximidade. E tal exige uma mudança relativamente a estes últimos quatro anos. Por tal aceitei o desafio de ser candidato por Viana do Castelo, tentando dar o meu contributo nesta luta que não é da região. É de todo o país.

PORTUGAL PRECISA MENOS TEMPO DE ESPERA PARA CONSULTAS E CIRURGIAS



PAULO MONIZ DEFENDE REFORÇO DE VERBAS PARA O CENTRO DE INVESTIGAÇÃO “OKEANOS”

O cabeça de lista do PSD/Açores às eleições legislativas defende mais apoios “para a investigação geológica dos fundos marinhos” do arquipélago, considerando que, “quando o Governo da República fala na criação de um Centro de Investigação dos Oceanos, o que temos a responder é que ele já existe, mas precisa ser apoiado para cumprir na plenitude a sua missão”.

Paulo Moniz, António Ventura e Ilídia Quadrado, candidatos do PSD/Açores à Assembleia da República, acompanhados pelo presidente regional do partido, Alexandre Gaudêncio, visitaram o centro de investigação “Okeanos”, no Departamento de Oceanografia e Pescas (DOP) da Universidade dos Açores, na Horta.

Um centro que, segundo o candidato, “precisa de ser apoiado financeiramente, numa perspetiva de médio prazo, para poder garantir a perpetuação do conhecimento e a permanência dos seus investigadores e ainda ter a capacidade de angariar novos investigadores”, disse.

Para Paulo Moniz, “não é preciso inventar nada, já está inventado, é preciso é apoiar, otimizando os recursos existentes, nomeadamente através da colaboração e docência em cursos técnico-profissionais em cuja formação as matérias do mar sejam centrais”, sublinhou.

O candidato elogia a “investigação avançada e de excelência reconhecida também pela FCT-Fundação para a Ciência e Tecnologia, levada a cabo por cerca de 40 doutorados, que produzem e aprofundam o conhecimento do mar dos Açores, das espécies e da fauna, com uma história e um ‘know how’ de grande importância científica”.

E frisa que, “hoje em dia, é real e urgente a necessidade



de conhecer em detalhe os recursos do mar, nomeadamente a sua componente mineral, que é cada vez mais importante”. “O ‘Okeanos’ pode contribuir de uma forma determinante para isso, se tiver navios de maior dimensão e equipamento que permita estudos a cerca de 3 mil metros de profundidade, condições que não existem atualmente”, frisou.”

Essa capacitação técnica é essencial para que se possa

fazer a geo-referenciação, o mapeamento dos bancos que alojam os metais importantes e os recursos minerais, que são de uma riqueza imensa, e que fazem parte do nosso mar”, explicou o candidato.

O Centro “Okeanos” nasceu “de uma forma de autonomizar a investigação científica, no âmbito do DOP, permitindo-lhe ter personalidade própria para concorrer aos apoios proporcionados pelos programas nacionais e europeus”, sintetizou Paulo Moniz.

PRIMEIRO, OS AÇORES



O cabeça de lista do PSD/Açores às eleições legislativas nacionais garantiu “a defesa intransigente da Região na Assembleia da República”, exigindo “mais poder de decisão dos Açores nos assuntos do mar, um reforço no financiamento da Universidade dos Açores e alterações no subsídio de modalidade, acabando com os reembolsos”.

Paulo Moniz falava na sessão de apresentação da lista social-democrata para as eleições de 06 de outubro, uma equipa que disse estar “empenhada e motivada para trabalhar a favor dos Açores e dos açorianos”.

Colocar os Açores “em primeiro lugar” é uma condição que o PSD/Açores, “ao longo da sua história, e ao contrário de outros, já deu provas de conseguir. Conosco a defesa dos Açores está acima de disciplinas partidárias e políticas”, disse o candidato.

“Nos últimos quatro anos, as grandes questões da competência da República em relação aos Açores foram sistematicamente adiadas”, adiantou Paulo Moniz, frisando que, “se o mandato que agora termina fosse um orçamento, o saldo final para os Açores resumia-se como um superavit de propaganda e um défice vergonhoso de resultados”.

Durante quatro anos, “as justas reivindicações perante a República ficaram reféns de uma política de fingimento, em que apenas contam as aparências e os títulos de jornal. O Governo da República finge que dá. E o Governo Regional finge que recebe”, acusou.

E deu como exemplo o processo do novo Estabelecimento Prisional de Ponta Delgada, em que “vários governantes anunciaram concursos públicos, projetos de ideias e estudos preparatórios. A promessa ficou soterrada debaixo de milhares de toneladas de bagacina, num terreno imerso em bruma que o Governo Regional cedeu para compactuar silenciosamente com este imenso faz-de-conta”, referiu.

“Só por fingimento se pode andar por aí a dizer que este Governo da República é muito bom para os Açores e para os açorianos”, disse Paulo Moniz.

“O Governo da República tem sido indiferente em relação à segurança dos açorianos”, sublinhou, referindo-se ao encerramento de esquadras da polícia à noite por falta de agentes em alguns concelhos e até a suspensão do Programa ‘Escola Segura’ da PSP, “que chegou a ocorrer este ano”, lembrou.

Para Paulo Moniz, a Universidade dos Açores (UAç) é outro exemplo dessa indiferença: “O Governo não procedeu ao pagamento dos compromissos firmados, mas desviou um supercomputador para a Universidade do Minho, nas costas da acade-

mia açoriana, que desde a primeira hora mostrou vontade, necessidade e preparação para o receber”.

O social-democrata entende igualmente que “tem de haver um reforço das transferências do Orçamento do Estado para a UAç, no caso um reforço de 10 milhões de euros”, disse.

“Nestes últimos quatro anos, ficaram também pelo caminho o centro de observação oceânica no Faial e o financiamento do PREIT, que tinha uma dotação de 300 milhões de euros da responsabilidade do Estado, de que não foi transferido um único cêntimo”. “O mesmo aconteceu com os trabalhadores despedidos pela Cofaco na ilha do Pico”, com o governo “a não criar como se impunha um regime especial e transitório de majoração dos apoios sociais para os ex-trabalhadores da empresa”, referiu.

“Quem trai desta forma e em matérias tão importantes, as justas expectativas dos Açores, não merece a confiança dos açorianos”, considerou.

“Também queremos que os Açores tenham uma palavra decisiva e determinante no que ao Mar e à sua gestão diz respeito”, pois o Mar dos Açores “é o maior ativo que Portugal e a Região possuem”, defendeu Paulo Moniz.

Assim, “tem de caber aos órgãos de governo próprio dos Açores uma palavra decisiva na gestão e nos destinos do nosso Mar, em vez de ficarem dependentes dos humores de circunstância de Lisboa. A esse nível, a nossa Região deve ter poder de veto”, concretizou.

“É também nosso compromisso trabalhar na melhoria do modelo do Subsídio Social de Mobilidade nas ligações aéreas”, explicou Paulo Moniz, que não quer que os aço-

rianos “continuem a ir em romaria pedir o reembolso da passagem aérea, para a qual têm, muitas vezes, de adiantar o dinheiro de que não dispõem”.

E defendeu um modelo com a comparticipação do Estado, mas em apenas seja pago o valor máximo que vier a ser estabelecido, de uma só vez e sem necessidade de recurso a qualquer reembolso.

“Não nos candidatamos contra ninguém, mas sim contra esta forma de subserviência da nossa autonomia e da nossa Região, que não nos tem levado a lado nenhum, e vai afundando os anseios do nosso povo”, alertou.

Para o candidato do PSD/Açores, a 6 de outubro “os açorianos têm dois caminhos. Prolongar essa política de fingimento e faz de conta, feita de sucessivos anúncios pomposos, mas sem resultados práticos na melhoria da vida dos Açorianos, ou defender primeiro e acima de tudo os Açores”, conclui.

Já o presidente do partido na Região, Alexandre Gaudêncio saudou o facto da lista apresentada significar “uma ampla participação interna do partido”, já que “todas as estruturas locais fizeram parte integrante do processo de escolha de candidatos”.

“É com essa abertura, mas também envolvendo os nossos militantes nos principais momentos de decisão do partido, onde todos são necessários para derrotar o Partido Socialista”, afirmou o presidente do PSD/Açores.

Além de Paulo Moniz, a lista social-democrata integra António Ventura, Ilídia Quadra-do, Vitória Silva, Márcio Silva, Humberta Bettencourt, Valdemiro Vasconcelos, Pedro Coutinho, Ana Cláudia Veríssimo e Susana Soares.

RECUPERAR O ESTADO

É evidente que existe uma clara distância entre a realidade do país e propaganda do PS, PCP e BE que suportam o atual governo. A ideia de um país com contas certas e reposição de rendimentos choca com a enorme carga fiscal que engole a reposição de rendimentos e que não inclui nas contas o valor necessário para o funcionamento dos serviços do Estado.

O défice do Orçamento do Estado passou a ser usado como o único e exclusivo barómetro de governação pelo PS, ignorando por completo a falência dos serviços do Estado. No distrito de Setúbal, sente-se particularmente mais esta falência na saúde, transportes públicos e na educação.

É preocupante a ausência de médicos de família nos centros de saúde e a incapacidade de resposta dos hospitais. É frustrante a inexistência de transportes públicos que diariamente retiram horas de trabalho aos trabalhadores e empresas quer por falta de material circulante quer por falta de recursos humanos. E as escolas degradadas ou com obras inacabadas não criam o ambiente certo nem para os alunos nem para todos os profissionais envolvidos na educação.

Estamos com níveis de investimento nos transportes, na saúde e educação mais baixos do que no período da “troika”, diz o Eurostat olhando para as contas até 2017.

O que estes dados significam é que o défice existe, só que foi colocado nos serviços do Estado e muitas vezes aparece disfarçado com o nome “cativações”. O próximo governo vai herdar novamente um país falido, pelos mesmos governantes que nos conduziram à “troika”, a diferença é que a falência não está nos cofres, mas sim nos serviços do Estado com orçamentos que contam com o apoio do PCP e BE.

Neste contexto, é óbvio que o investimento no país tem sido essencialmente realizado pelo investimento privado. Mas não existiu nestes últimos quatro anos uma forma de potenciar as exportações e fomentar o investimento.

Até ao momento não está traçado qualquer plano relevante que potencie o acordo entre a UE e Mercosul, onde Portugal pode ser um país fundamental na estratégia destas duas regiões. Mesmo nos PALOP continuamos a precisar de uma estratégia que coloque estes países como um mercado, unido pela ligação cultural, que se posicione com linhas comuns no mercado global. São oportunidades perdidas para as empresas portuguesas.

Portugal precisa das empresas, mas o atual governo tem-las tratado como o parente pobre da economia, esquecendo que 96% das empresas existentes são micro ou pequenas empresas e que a estratégia económica do país deve refletir essa realidade, especialmente na forma como atribuí fundos comunitários através de um processo excessivamente burocrático e com a atribuição de fundos a exceder em muito o prazo acordado com as empresas. Estas condições têm um efeito mais penalizador para micro e pequenas empresas.



Nuno Carvalho

Cabeça de lista do PSD pelo círculo de Setúbal

Neste contexto a própria distribuição de fundos comunitários, que representa mais de 80% do investimento público em Portugal, está condicionada a um mapa de NUT, que inclui a Península de Setúbal na Área Metropolitana de Lisboa e por esse motivo não tem acesso aos fundos comunitários necessários. Esta situação é grave para Península de Setúbal, porque o seu PIB por habitante (12.519 euros em 2015, dados do INE) coloca-a como a quarta região mais pobre do país que só está excluída do mais importante instrumento de investimento nacional porque se encontra incluída na região mais rica de Portugal.

O país não tem contas certas, porque as contas do PS excluem os serviços públicos e esquecem o investimento privado. O distrito de Setúbal e Portugal precisam de políticas que ajudem o motor económico do país e recuperem o papel do Estado junto dos portugueses.

AS COMUNIDADES PORTUGUESAS PRECISAM DO PSD

Num mundo cada vez mais global e numa Europa onde a livre circulação de pessoas é uma realidade, a temática das comunidades portuguesas tem vindo a ganhar contornos bem diferentes e a conquistar uma visibilidade junto da opinião pública que começa, agora, a entender finalmente a importância da diáspora para o país.

Esta nova visão tem muito a ver com a crise que o país conheceu e que obrigou vários sectores da nossa sociedade a terem de reconhecer o papel que as nossas comunidades assumem na economia nacional. Esta importância das nossas comunidades é hoje comprovada não apenas no plano das exportações, do turismo, do imobiliário e do investimento, mas também na abertura de oportunidades de vida para muitos que não conseguem construir o seu futuro em Portugal.

Todavia, o contributo das comunidades portuguesas para Portugal vai muito para além da área económica. Com efeito, estamos a falar de um universo de cerca de cinco milhões de nacionais espalhados pelos diversos continentes que se afirmou positivamente nos países de acolhimento e que é, hoje, detentor de um potencial político, económico, social e cultural, que não pode, nem deve ser negligenciado.

É assim evidente que o país não pode deixar de fora das políticas nacionais, estes cidadãos que residem no estrangeiro e que têm de sentir que Portugal conta realmente com eles e que quem Governa tem em consideração as suas necessidades e os seus anseios.

É, pois, do interesse nacional que este sector seja percecionado como um valor estratégico para o país e Portugal deve ver as suas comunidades como uma oportunidade, devendo a ação governativa na área das comunidades ter a noção das novas realidades deste sector e a necessidade de implementar políticas a pensar nas pessoas. É essa a visão do PSD para esta área.

Pensamos também que as políticas dirigidas aos portugueses residentes no estrangeiro não devem estar confinadas apenas ao Ministério dos Negócios Estrangeiros e à Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas. Esta é uma área transversal a todas as áreas da governação e é, pois, fundamental uma ação governativa concertada a fim de garantir que as decisões tomadas, no plano legislativo, tenham em consideração as especificidades dos portugueses residentes no estrangeiro.

O PSD tem estado associado às grandes reformas nesta área de governação e temas como a participação cívica e política, o ensino da língua portuguesa no estrangeiro, o associativismo, a juventude, as questões sociais, as questões do atendimento e dos serviços consulares, o empreendedorismo empresarial, entre outros, estiveram sempre no topo das nossas preocupações.

Por tudo isto, as comunidades portuguesas não podem continuar a merecer a atenção governativa nos moldes que temos conhecido em que têm um papel secundário naquilo que são as prioridades do atual Governo.

As políticas dirigidas aos portugueses residentes no estrangeiro não se devem resumir apenas a ideias feitas que não se inscrevem naquela que é a verdadeira realidade de um país que tem de assumir definitivamente que está repartido pelo Mundo. A Globalidade que se reconhece estar associada a um país como Portugal é-lhe conferida não apenas pela sua História, mas sobretudo pelo papel das nossas comunidades portuguesas espalhadas pelo Mundo.

Assim, quando pensamos em Portugal temos de pensar nesta realidade e definir políticas que abranjam, que impliquem e que motivem os portugueses residentes no estrangeiro na relação com o seu país.

Como já tive oportunidade de referir em muitas ocasiões, Portugal não é o seu país, é o seu povo. É por isso que o PSD ao definir como tema de campanha "Portugal Primeiro" aponta precisamente para essa ideia. Portugal está em todo o Mundo pois as suas comunidades são o complemento de um país que será mais forte e mais capaz se conseguir consolidar esta relação entre os que ficaram e aqueles que optaram por partir, mas que continuam a sentir o nosso país no seu coração.



Carlos Gonçalves

Cabeça de lista do PSD pelo círculo da Europa

POVO LIVRE

Director: Luis Álvaro Campos Ferreira

Internet: www.psd.pt - E-Mail: povolive@psd.pt

Conselho Nacional reunido em Lisboa



O rigor do Governo na gestão das Finanças Públicas e o saneamento das contas do Estado reforçam a credibilidade externa do País

página 4

Barroso almoçou com dirigentes distritais



No passado dia 8, a anteceder a reunião da Comissão Política Nacional e do Conselho Nacional, o Presidente do Partido almoçou, na Sede Nacional, com os Presidentes das Comissões Políticas Distritais.

Na ocasião foram tratadas questões relacionadas com o funcionamento do Partido e a promoção de futuras acções de formação.

Grupo Parlamentar promoveu Colóquio sobre o Código do Trabalho



página 5

Edição n.º 1306 do "Povo Livre" | de 15 de janeiro de 2003.

"Conselho Nacional reunido em Lisboa: O rigor do Governo na gestão das Finanças Públicas e o saneamento das contas do Estado reforçam a credibilidade externa do País". O Conselho Nacional do Partido reunia-se em 8 de janeiro de 2003, na sede nacional, com a finalidade de proceder a uma análise da situação política.

CONVOCATÓRIAS DO PSD**RECEÇÃO**

Terça-feira até 12h00

Para: Fax: 21 3973168

email: convocatorias@psd.pt

**SECÇÕES****CABECEIRAS DE BASTOS**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Cabeceiras de Basto para reunir no próximo dia 20 de setembro (sábado) de 2019, pelas 21:15horas, na Sede Concelhia do Partido Social Democrata, sita na Rua das Pondres, 51, Refojos de Basto, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Análise da Situação Política;
2. Outros assuntos relevantes.

LOURES

Ao abrigo dos Estatutos do PSD, convoco a Assembleia da Secção da concelhia de Loures, para reunir em sessão ordinária no próximo dia 23 de setembro (segunda-feira) de 2019, pelas 21h00, na Sede Concelhia, sita na Rua Diogo Cão, nº 2 – Loja 4, em Santo António dos Cavaleiros, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Informações;
2. Análise da situação política local e nacional.

Se à hora marcada não estiver presente o número de militantes necessário para preencher, nos termos estatutários, o quórum, a Assembleia de Secção realizar-se-á no mesmo local, 30 minutos depois, com qualquer número de presentes.

PORTIMÃO

Ao abrigo dos Estatutos do PSD, convoca-se o Plenário Concelhio da Secção de Portimão a realizar no dia 28 de Setembro de 2019, pelas 21h30, no Auditório do Museu de Portimão, sito na Rua D. Carlos I, Zona Ribeirinha, Portimão, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Informações;
2. Apresentação da situação financeira da CPS de Portimão;
3. Apresentação do trabalho dos Autarcas eleitos pelo PSD;
4. Análise da situação política local;
5. Análise da situação política regional e nacional com enfoque na campanha eleitoral 2019;
6. Outros assuntos

SESIMBRA

Nos termos dos Estatutos, convocam-se os militantes da Secção da Sesimbra, para reunirem em Assembleia de Secção no dia 18 de setembro (quarta-feira) de 2019, pelas 21h00, na Sede, Rua da República nº 20 – 1º Esq – Sesimbra, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Informações;
2. Processo Eleitoral – Eleições Legislativas 2019;
3. Análise e situação político-partidária.

NÚCLEOS**ÁGUAS SANTAS/PEDROUÇOS**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do Partido Social Democrata, convoca-se a Assembleia de Núcleo de Águas Santas/Pedrouços, para reunir em Sessão Plenária, dia 27 de Setembro (sexta-feira) de 2019, pelas 21H30, na Sede de Núcleo sita na Rua dos Fontineiros da Maia, 20, Águas Santas com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Informações Gerais;
2. Análise da situação Política;
3. Outros assuntos.

CONVOCATÓRIAS DA JSD**RECEÇÃO**

Segunda-feira até 18h00

email: teresa.santos@jsd.pt

**MAIA**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convocam-se os Militantes da JSD Concelhia da Maia para reunir no próximo dia 19 de Setembro de 2019 (quinta-feira), às 21h00m, na sede do PSD Maia, sita na Rua Eng.º Duarte Pacheco, n.º 987, 4470-382 Maia, com a seguinte ordem de trabalhos:

- I - Apresentação e discussão do relatório anual de actividade política concelhia;
- II - Informações;
- III - Recentes alterações legislativas relevantes para os jovens;
- IV - Eleições legislativas 2019;
- V - Análise da situação política actual;
- VI - Outros assuntos.

VILA REAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário Concelhio da JSD/ Vila Real, para reunir no dia 22 de Setembro de 2019 (Domingo), pelas 21h30m, na Sede do PSD Vila Real, sita na Rua da Boavista, n.º 11, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Análise da situação política;
- 2 – Outros assuntos.

**QUINTA-FEIRA
12 DE SETEMBRO****10H05 | ANTENA1****ENTREVISTA A RUI RIO****21H00 | RTP1****RUI RIO EM DEBATE COM
JERÓNIMO DE SOUSA****NÃO PERCA!****PRIMEIRO PORTUGAL**